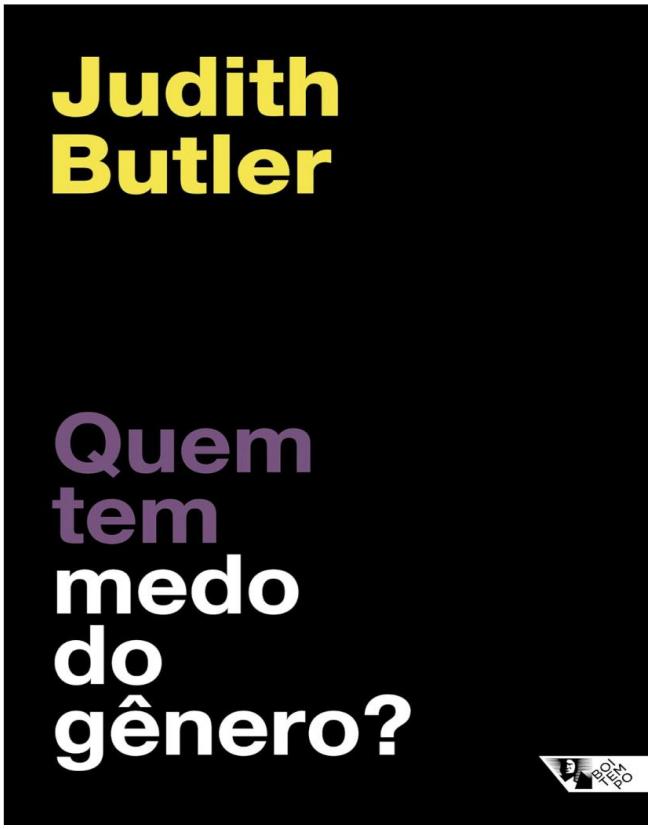
Ao exorcismo de Judith Butler, amém

RIBAMAR JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR
Universidade Federal do Rio de Janeiro| Rio de Janeiro, RJ, Brasil
ribamar.junior@eco.ufrj.br

DOI https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe241240



Butler, Judith. 2024. *Quem tem medo do gênero?* Traduzido por Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.

"Assassina de crianças!", gritou uma mulher para Judith Butler e sua parceira Wendy Brown na manhã do dia 10 de novembro de 2017 no Aeroporto de Congonhas, zona Sul de São Paulo. A filósofa norte-americana desembarcava no Brasil pela segunda vez para lançar *Caminhos divergentes: Judaicidade e crítica do sionismo* (2017), na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e participar do seminário internacional *Os fins da democracia*, organizado pelo Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com o Programa de Teoria Crítica da Universidade da Califórnia, Berkeley, e o Sesc. Do lado de fora do Sesc Pompeia, cerca de 70 manifestantes protestavam com crucifixos e queimavam uma efígie de Butler em forma de bruxa. Dois anos antes, em 5 de setembro de 2015, Butler

havia estado no Brasil pela primeira vez, na conferência de abertura do seminário internacional *Desfazendo Gênero*, realizado no Teatro Castro Alves, em Salvador, e organizado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCus) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo um evento que marca esse encontro dela com o Brasil a partir desses fantasmas do gênero que não cessam de rondar. "Assim, percebi que eu havia sido demonizada, mas também entendi que eles estavam mirando em vários movimentos sociais ao mesmo tempo, e que eles eram abreviados sob a categoria 'gênero'" (Reinhardt; Landry, 2025: 106).

Traduzido por Heci Regina Candiani, editado por Arthur Reno e com capa de Isabella Teixeira, *Quem tem medo do gênero?* (2024) de Judith Butler, foi publicado pela Boitempo em fevereiro do ano passado — seis anos após a viagem ao Brasil que motivou sua escrita. O livro traz na orelha um texto de Amanda Palha e, nas páginas finais, uma tirinha de Laerte Coutinho. Nos agradecimentos, Butler explica que as reflexões reunidas não surgiram de um momento, mas de diversos acontecimentos que se alongaram por anos, tendo como ponto de partida os acontecimentos de 2017 no Brasil — como ela já havia narrado em entrevistas recentes à Folha de S. Paulo[1] e à revista Piauí[2]. No livro, o episódio do aeroporto é citado por ela na coragem de Wendy Brown de defendê-la dos ataques e frente à sua crença em uma ética espontânea e na solidariedade política. A autora conta que ao refletir sobre quem eram aquelas pessoas furiosas que as acusaram de diversos crimes, decidiu escrever sobre esse movimento contra a suposta ideologia de gênero e tomou parte de conversas contínuas com especialistas e ativistas sobre o cenário antigênero em suas formas globais e locais. Dedicado às pessoas jovens "que ainda a ensinam", *Quem tem medo do gênero?* organiza-se em dez capítulos que começam e terminam sob a mesma sombra de um fantasma. Afinal, como nos dispara a autora, "por que alguém teria medo do gênero?".

Na busca por essa questão, Butler observa que a disputa de sentidos em torno da palavra "gênero" revela que nenhuma abordagem para defini-la ou compreendê-la se tornou dominante. O movimento antigênero, contudo, trata o termo como um monólito, ignorando os debates lexicais e conceituais que o cercam. A tarefa da autora não é propor uma nova teoria de gênero, tampouco retomar ou defender a teoria da performatividade apresentada há 35 anos em *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990), mas retomar o diálogo no sentido de compreender como e por que certas visões circulam na analítica da força fantasmática que a noção de "gênero" adquiriu. Distante do cotidiano e da academia, o gênero tornou-se, em diferentes partes do mundo e em escalas diferentes, um ponto de alarde e pânico moral a partir do seu uso. "O gênero é retratado como um conjunto de ideias que se opõe a ciência, à religião ou a ambas, ou ainda como um risco à civilização,

[1] Moraes, Carolina. 2024. "Ataque no Brasil me alertou para demonização do gênero, diz Butler." *Folha de S. Paulo*, 20 de abril. https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2024/04/ataque-no-brasil-me-alertou-para-demonizacao-do-genero-diz-butler.shtml

[2] Ferro, Tiago. 2024. "A revolução segundo Judith Butler." *Revista Piauí*, 13 de junho. https://piaui.folha.uol.com.br/revolucao-segundo-judith-butler/

uma negação da natureza, um ataque à masculinidade ou o apagamento das diferenças entre os sexos" (Butler, 2024: 10). Segundo ela, o gênero tornou-se um fantasma com poderes destrutivos, capaz de condensar medos e ansiedades em um único significante. Ao reunir e incitar medos, a ideia do gênero mobiliza uma força fantasmagórica e eclipsa outros, produzindo um medo existencial para a ampliação de certos poderes. Inclusive, essa mesma ideia galga um projeto de mundo anterior ao próprio "gênero", como se houvesse um retorno da ordem patriarcal como sonho que pode nunca ter existido, mas que se funda não apenas nos valores da família e sim os valores em si. Na fantasmagoria do gênero, portanto, há o medo de seu próprio futuro, um significante que não é vazio, mas intensamente sobredeterminado.

Dessa forma, o termo do gênero representa mais do que o gênero no movimento contra a ideologia de gênero que em uma escalada cada vez mais acelerada e combinada elabora um fantasma vibrante e distorcido, produzido pela imaginação de um projeto autoritário muito mais amplo. Agrupados em uma sintaxe inflamada, os medos associados a esse fantasma não apenas se sustentam em falsidades, mas também se cristalizam em formas verdadeiras de circulação social e convenções culturais. A exemplo disso, Butler reforça que o movimento antigênero é guiado por uma proposta de ordenação do mundo que reproduz a ansiedade e o medo sobre a precariedade, deslocamento e substituição, no reflexo da perda do poder patriarcal tanto na família quanto no Estado e a perda da supremacia branca como pureza nacional. O "fantasma cultural do gênero" emerge de elementos sociais já presentes, reorganizados por arranjos que operam no inconsciente coletivo e estruturam um cenário psicossocial. No caso, a fonte de destruição é exteriorizada como o "gênero" e a suposta ideologia que o sustenta seria a mesma que o concebe no movimento antigênero. Para Butler, o recrutamento para o movimento contra a ideologia de gênero seria o convite para sonhar um sonho erótico coletivo – talvez uma psicose binária coletiva – que acabará o medo e a ansiedade do mundo onde o privilégio masculino de um "passado" ideal eliminará as minorias sexuais e de gênero.

Nos dois primeiros capítulos, a autora começa no enfeixe da retórica antigênero a partir das dimensões da discussão no cenário global e com ênfase na contribuição do Vaticano. Por meio de um olhar genealógico, ela localiza a emergência da noção de "ideologia de gênero" na década de 1990, quando o Pontifício Conselho para a Família declarou que o "gênero" representava uma ameaça à família e à autoridade bíblica. A partir daí, a expressão se difundiu em coalizões transnacionais, sustentada tanto pelo braço político do Vaticano quanto por sua aliança com igrejas evangélicas na América Latina, encontrando eco nos partidos de extrema-direita que exploram a precariedade e a exclusão produzidas pelo neoliberalismo. Entre as falas papais, Butler identifica um núcleo comum constitutivo para os críticos do gênero: quando uma pessoa reivindica um sexo ou um gênero diferente daquele atribuído no nascimento, estaria usurpando poderes de autodefinição que pertencem somente a Deus ou a uma suposta ordem natural cristã. Nessa lógica, o gênero aparece como uma "ideologia" única, que nega a realidade da diferença sexual e procura se

apropriar do poder divino da criação em favor da invenção de novos gêneros. Assim, a censura, o *bullying* e a patologização se tornam estratégias-chave do movimento, tendo em vista que a própria oposição ao "gênero", que ameaça a "família natural", está muitas vezes ligada à ameaça dos imigrantes, à perspectiva da miscigenação e seu efeito aparentemente perigoso sobre a família natural, pois essa família não é apenas heteronormativa e serve para reproduzir a nação segundo linhas de pureza racial e étnica. Dessa maneira, a postura contra ideologia de gênero seria um dos movimentos estratégicos coloniais cristãos – de ordem de criação – em curso que cria o inimigo a partir de suas versões incendiárias, ou totalitaristas, pedófilas e satanistas, em agrupamentos fantasmáticos de uma história recente orientada por reinos impensáveis.

Diante do inegável fato de que as categorias "homem" e "mulher" mudam histórica e contextualmente, Butler propõe uma definição mínima: o gênero é uma rubrica sob a qual se consideram as transformações nas formas de assinalar as categorias sexuais e de gênero. Os defensores da posição antigênero estão amplamente empenhados em não ler criticamente as suas próprias objeções, retratando os opositores do gênero como dogmáticos e alegando uma postura crítica em relação à autoridade deles, mas nunca a suas crenças. Para ela, esses críticos parecem supor que seus oponentes leem a teoria de gênero da mesma forma como eles leem a Bíblia. Nesse sentido, o movimento antigênero se revela como uma forma política do anti-intelectualismo. No enfrentamento desses fantasmas psicossociais, Butler mostra que abrir o debate sobre gênero é, por si, um gesto que demonstra seu valor como categoria. Considerado como problema de corporificação da vida social, o gênero pode se tornar espaço de ansiedade, prazer, fantasia e horror. A pergunta "quem tem medo do gênero?" não é, portanto, apenas retórica. Ela visa compreender os efeitos políticos do temor produzido pela própria circulação do termo. A noção de fantasma de Butler se apropria da neblina de Marx, se espectra por Laplanche e no lastro utópico de Manheim mostra como o "gênero" pode enfeitiçar, exercer um encantamento que deve ser desencantado não sem custo, pelo álibi moral da crítica. Para se opor a ideologia do gênero, Butler afirma que necessitamos de coalizões transnacionais que mobilizem os alvos de ataques e produzam confrontos dinâmicos e produtivos, ainda que sejam difíceis. Habitar o gênero é viver uma certa complexidade histórica na vida em que vivemos agora, um tipo de registro afetivo e constituído por uma sensibilidade ao mesmo tempo que as forma. Em outras palavras, não somos simplesmente determinados, nem inteiramente autodeterminados. Vivemos no tempo histórico, mas esse tempo também vive em nós, na historicidade mesma das formas de gênero.

A partir do terceiro capítulo e por extensão do quarto, Butler aprofunda a análise sobre os modos como o pânico antigênero implode nos Estados Unidos, sobretudo no momento em que o termo "gênero" passa a ser considerado um problema político em si mesmo. Ela observa que apenas nos primeiros seis meses de 2023 foram apresentados mais de 400 projetos de lei voltados contra pessoas LGBTQIAPN+, com foco especial em pessoas trans e, de modo ainda mais incisivo, em jovens trans. Para ela, a palavra começou a se tornar

um problema quando grupos religiosos começaram a intervir no contexto dos debates sobre a identidade transgênero, demarcando a Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos em 2019 quando reuniu pronunciamentos papais sobre gênero e publicou um guia de ensino alertando contra os perigos do ensino de sexo e gênero nas escolas, instituição social imaginada como incessante doutrinação pela ascensão do anti-intelectualismo. A exemplo disso, ela menciona o quanto Trump tentou reduzir o "sexo" como algo imutável de uma pessoa com base na genitália e no binarismo masculino e feminino, indo mais longe ainda quando ele procurou afirmar que o "gênero" deveria ser compreendido como "sexo". Embora o contexto que Butler traz com a decisão do caso Bostock vs. Clayton County (2020) seja do final do primeiro governo Trump, é possível alargar as suas reflexões para o segundo, uma vez que o que estava em jogo era menos a constituição psicossocial de Trump do que aquilo que atrai sua base eleitoral.

É interessante o argumento de Butler porque ela explica como essas tendências políticas desfiguram lutas coletivas e não devem ser separadas, mas relacionadas por alianças contra um poder cada vez mais autoritário. Desse modo ela fala que não faz sentido imitar a transfobia da direita em nome do feminismo, alimentando mais ainda o fantasma do gênero, sendo preciso construir uma aliança mais sólida que reconheça e fortaleça as interdependências do campo político. "Não adianta nos dispersarmos por nossos próprios cantos identitários, agarrando-nos a uma pauta em detrimento de outras. Este é um momento para nos aliarmos em eixos bastante diferentes daqueles que a direita preparou para nós" (Butler, 2024: 137). A partir desse pensamento, a autora aborda o quinto capítulo mais focado no Reino Unido e nas feministas transexcludentes (TERFs), que se opõem ao "gênero" e somam forças à direta, atacando as próprias alianças dentro feminismo – como o feminismo socialista e o feminismo negro – incluindo políticas de esquerda apagadas na questão de que o "sexo" importa. O problema para Butler seria a insistência em que o feminismo destrói o seu próprio referencial à custa de coalizações do "feminismo radical" que, por sua vez, ao lado da "ideologia antigênero", fundamentam um novo fascismo. Ao inverterem o debate dentro do feminismo, as feministas críticas ao gênero reivindicam a propriedade do termo e constroem a transfeminilidade como um fantasma perigoso em resposta ao seria a "condição da mulher", na mesma linha do discurso da direita. "O feminismo sempre foi uma luta pela justiça – ou é, em sua melhor versão, justamente essa luta, formada em aliança e afirmando a diferença. O feminismo transexcludente não é feminismo, ou melhor, não deveria ser" (Butler, 2024: 175). Nessa perspectiva, o feminismo antitrans não apenas paralisa a categoria de "mulher" como também patrulha suas fronteiras, transformando-se em uma força destrutiva que rompe com a tradição do feminismo enquanto movimento de ampliação democrática.

Nos capítulos sexto, sétimo e oitavo, Butler aprofunda a discussão sobre as categorias de "sexo" e "gênero" ao enfrentar diretamente os argumentos biologizantes, segundo os quais a diferença sexual se fundamentaria na presença ou ausência de determinadas capacidades reprodutivas. Butler, no entanto, mostra que reduzir a mulher à

sua capacidade de reprodução seria um erro, já que nem todas as mulheres possuem tal capacidade, e tampouco ela é determinante na identidade de gênero. Diante disso, não faz sentido identificar como definidora de gênero uma capacidade biológica específica, que nunca deveria servir como um critério exclusivo ou fundamental pelo qual o gênero é determinado. Para além da distinção entre natureza/cultura, forcas biológicas e sociais integrarem juntas na vida corporificada, pois o organismo, longe de ser dado puro, exige que o social seja ativado para ganhar sentido, e o social, por sua vez, só se efetiva porque o biológico produz efeitos. Nesse ponto, Butler retoma o uso do termo "performativo" e o coloca no limite ao enfatizar que não é um mero espetáculo, superficialidade, irreal ou artificial para afirmar que o uso performativo da linguagem traz à tona a realidade a que ela dá nome. "Uma realidade performativa é aquela que é expressa, e efetivada, pela própria atuação, quer ela ocorra na linguagem, no gesto ou no movimento" (Butler, 2024: 190). Com isso, Butler enfatiza que a categoria "sexo" chega na nossa vida como um imaginário, um tipo de comando, mobilizado por um quadro complexo, um conjunto de critérios, onde haverá desde o início uma condição fantasmática que informa o fato do mesmo. Desse modo, os gêneros são realizações em processo, uma vez que nunca alcançamos o gênero que buscamos nos tornar, o próprio ato de se tornar é a temporalidade do nosso gênero.

Na exploração do legado racial e colonial, Butler encerra a obra com um diálogo cruzado entre os capítulos nove e dez, observando que tanto a direita quanto as feministas transexcludentes acreditam saber o que é sexo, insistindo em sua binariedade como algo dado pela natureza. No entanto, Butler sustenta que essa visão corresponde a uma fantasia psicossocial, um idealismo dimórfico do gênero que reflete a forma de poder colonial. Afinal, por uma história colonial do dimorfismo de gênero, ela questiona quando e como o gênero foi imposto à força, sendo resultado de como potências coloniais impuseram normas de gênero aos corpos racializados que sistematicamente naturalizaram e idealizaram normas heteronormativas brancas e europeias. Segundo Butler, foram o colonialismo e seus agentes – missionários, médicos e juristas – que expandiram e consolidaram o referencial binário e heteronormativo para pensar e viver o gênero. Os pensamentos de Maria Lugones, Aníbal Quijano e Oyèrónke Oyewùmí, Zethu Matebeni e Ifi Amadiume são citados como forma de complexificar o debate para além da tradução, mas no esvaziamento de fantasmas racistas e resíduos de uma história de violência colonial. Como forma de proliferar formas nominais do gênero e da identidade sexual, Butler tenta não generalizar um modo de vida, mas entrar em consonância com vários vocabulários que tornam a vida mais vivível para além das ficções eurocêntricas, no sentido de afirmar a radicalidade de uma vida partilhada. O "fantasma do gênero" atua como álibi moral, e sua superação exige a união de grupos marginalizados, reconhecendo uma aliança capaz de produzir um imaginário poderoso e regenerativo de vida coletiva.

Na conclusão do livro, Butler reforça que os movimentos antigênero alimentam o medo de que pessoas comuns, heterossexuais e conformes às normas de gênero, sejam despojadas de suas identidades como mãe, pai, homem ou mulher, e que tais palavras deixem

de ter sentido. Assim, o gênero aparece como um perigo grave, um fantasma monstruoso que ronda a ansiedade de um mundo cujo futuro é incerto. Para Butler, a única saída desse dilema seria unir a luta pelos direitos e liberdades de gênero à crítica do capitalismo. Para aqueles que temem o gênero, o perigo parece superar a promessa. Por isso, é necessário tornar o gênero promissor, não apenas por meio de alianças ou traduções, mas também através da construção de um contra-imaginário utópico, capaz de transformar o medo promovido por autocratas e pelas narrativas agrupadas do "gênero", da "teoria crítica da raça" e do "*woke*" em discursos vazios. No dia 16 de setembro de 2025, o nome de Judith Butler foi incluído[3] entre os 160 divulgados pela UC Berkeley ao governo Trump, no contexto de investigações sobre o suposto antissemitismo nos campi. Isso nos mostra a necessidade de mobilizar o sensorial e imaginativo de nossas alianças, que não serão fáceis, mas devem ser mais assustadoras do que o "*boo*" onomatopeico desse fantasma da ópera e sua orquestra de pânicos tão frágeis quanto o sonho erótico dos que rezam antes de dormir.

Referências

Reinhardt, Bruno, e Jean-Michel Landry. 2025. "Ideologia antigênero, cenas fantasmáticas e paixões fascistas: entrevista com Judith Butler." *Ilha – Revista de Antropologia* 27, nº 2: 104–26.

Sobre o resenhista

Ribamar José de Oliveira Junior

Professor substituto do Departamento de Expressão e Linguagens (DEL) e pós-doutorando na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com período sanduíche na York University (YorkU), Canadá. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Jornalismo Cultural pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Gênero e Sexualidade na Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri (UFCA).

[3] Levin, Sam. 2025. "UC Berkeley shares 160 names with Trump administration in 'McCarthy era' move." *The Guardian*, 12 de setembro. https://www.theguardian.com/us-news/2025/sep/12/uc-berkeley-trump-administration-antisemitism

Financiamento: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ – Programa Nota 10).

Recebido em 18/09/2025.
Aprovado para publicação em 30/09/2025.